ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO – SINEP

Data	08.02.2018 Horário: 09h00min	
Local	Sala de Reunião da SEPOG	
Participantes	Bancada do Governo	**JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO** (Representante da SEFIN); **JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO** (Representante da PGM); **EUDORO WALTER DE SANTAANA** (Representante do IPLANFOR); **LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO** (Representantes da Coordenadoria Especial de Articulação Política); **RICARDO LUIZ ANDRADE LOPES** (Representante da CGM), **PHILIPE THEOPHILO NOTTINGHAM** (Representante titular da SEPOG). **MÁRCIO CRUZ** (Vereador) **PLÁCIDO FILHO** (Vereador)
	Bancada dos Servidores	**ERISTON FERREIRA** (Representante do SINDIFORT); **ANDERSON DA SILVA RIBEIRO** (Representante titular do SINDIFORT) **MÁRIO CÉSAR CHAVES NUNES** (Representante titular - SINDIFAM); **VICENTE LOBO NETO** (Representante titular – SINDIURB); **JAMAL FORTE CARVALHO** (Representante titular – SINDIGUARDAS); **MESSIAS CARLOS DE SOUZA** (Representante titular – SINDISAUDE).

Pauta da Reunião
Discussão da pauta de reivindicações apresentada pelos sindicatos.

Ata da Reunião

1. O Secretário Philipe Teophilo Nottingham deu as boas-vindas a todos, enfatizando que a reunião seria para discussão das propostas apresentadas pelas entidades sindicais referentes a campanha salarial 2018. Assumiu o compromisso de até o final de fevereiro realizar nova reunião para a PMF apresentar proposta de reajuste e demais pontos da pauta.

2. O representante do SINDIFORT Eriston Ferreira entregou ao Secretário Philipe Nottingham o Ofício nº 11/2018 do SINDIFOR e FERSEP-FOR que trata das reivindicações referentes aos servidores municipais para discussão na Mesa de Negociação.

3. O primeiro ponto a ser destacado foi o reajuste geral no percentual de 9,42% (nove vírgula quarenta e dois por cento), referente ao acúmulo do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos anos de 2016 e 2017. Que o referido reajuste seja implantado a partir de 1º de janeiro de 2018, sobre vencimento base dos servidores e empregados públicos municipais, bem como nos complementos salariais judiciais, isonomia salarial e proventos dos aposentados.

4. Dr. Jurandir Gurgel explicou que a conjuntura financeira do país continua

bastante crítica. Houve um acréscimo da arrecadação do Município, mas as transferências tiveram um impacto negativo, apesar de todos os esforços de incrementar a arrecadação própria. A arrecadação própria foi essencial para o pagamento dos salários em dia, pagamento do 13º salário e continuar garantindo as promoções e progressões dos PCCS. O representante do SINDIFORT Eriston Ferreira solicitou que a PMF elaborasse uma proposta de plano de reajuste salarial anual até o final do mandato do Prefeito Roberto Cláudio (2020).

5. Cumprimento dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) de todos os servidores no que se refere ao desenvolvimento na carreira, reedição das matrizes salariais, no modelo adotado no novo PCCS da Fiscalização. Dr. Philipe ressaltou que na gestão da Prefeita Luiziane foram implantados vários PCCS, o que representou um grande avanço na política de valorização do servidor, já que nem toda capital possui Planos de Cargos. No entanto, a maioria dos PCCS precisa ser revisada, já que alguns se encontram defasados. Destacou também que a PMF já deu início a esse processo, com a implantação do novo PCCS do ambiente de especialidade Fiscalização. Afirmou que a intenção é revisar os Planos de Cargos vigentes até 2020.

6. Discussão sobre a revogação dos decretos do "pacote de austeridade" do Prefeito em especial o decreto nº 13.960/2017 que suspendeu o gozo e pagamento da pecúnia dos períodos de licença prêmio não gozados. Dr. Philipe salientou que o direito não foi retirado, apenas o gôzo foi temporariamente interrompido. A PGM se prontificou a rever a possibilidade de alteração do referido Decreto para os servidores que já implementaram os requisitos para a aposentadoria.

7. Acréscimo de aporte financeiro no percentual de 4%(quatro por cento) para 8%(oito por cento) pela PMF, para o IPM Saúde com o objetivo de regularizar o atendimento aos servidores usuários do sistema. Foi questionado acerca da política que a gestão pretende adotar para solucionar os problemas do IPM-SAUDE e do IPM-PREVIFOR. Dr. Philipe explicou que, em relação ao PREVIFOR, o déficit atuarial é do conhecimento de todos. A solução está em dois sentidos: primeiro, a incorporação na aposentadoria apenas das vantagens que incidir o desconto previdenciário; a segunda é a compensação entre os regimes. Dr. Philipe lembrou da Reforma Previdenciária, e que a gestão municipal tem que aguardar as diretrizes nacionais para promover as adaptações necessárias no âmbito municipal. Enfatizou que o Prefeito pretende, até o final do mandato, resolver os principais problemas da área da previdência do servidor, assegurando, assim, a estabilidade ao se aposentar.

8. Quanto a indicação de um membro ao Comitê de Investimento do IPM (Instituto de Previdência do Município de Fortaleza), indicado pelas entidades sindicais Dr. Philipe disse que levaria a questão ao conhecimento do Superintendente do IPM.

9. O SINDIFORT comentou sobre o não cumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias para os servidores que solicitaram aposentadoria se afastarem. Dr. Philipe assegurou que até abril de 2018 o Sistema de Aposentadoria estará apto para uso e a Prefeitura passará a cumprir os prazos estabelecidos.

10. Adoção de medidas por parte da gestão municipal que possam garantir a segurança dos servidores que sofrem ameaças durante o desempenho de suas atividades no trabalho, principalmente nos terminais de ônibus, escolas, postos de saúde. Dr. José Leite enfatizou que a segurança é competência da União e dos Estados e que o problema é social, mas que a Prefeitura não medirá esforços para mudar essa realidade. A PGM demandou ao Ministério da Justiça acerca de se disponibilizar juntamente com o Estado, para adotarem medidas conjuntas com o objetivo de minimizar a violência local. Dr. Philipe assumiu o compromisso de apresentar, na próxima reunião, as medidas que estão sendo adotadas para resguardar a segurança dos servidores, especialmente nas escolas e terminais de ônibus.

11. Realização de Concurso Público para a área da saúde em cumprimento ao TAC. Dr. Philipe afirmou que a PMF pretende realizar estudo da força de trabalho necessária ao atendimento das demandas nos diversos setores municipais. Esse estudo vai propiciar a realização de concurso nas diversas áreas, com critérios bem definidos para não ocorrer prejuízos futuros. Afirmou também que vai ser realizado concurso para os médicos com atuação na área de saúde mental.

12. Sobre o ponto eletrônico dos servidores que realizam atividades externas, o SINDIFORT sugeriu uma análise para categorias específicas, que por conta das suas atividades, ficam impossibilitados de bater o ponto regularmente durante o dia (guardas, agentes de trânsito, fiscais, ACS/ACE). Dr. Philipe explicou que o ponto eletrônico possui duas regras fundamentais: a primeira é que todos são obrigados a registrar a frequência; a segunda é que o registro obrigatório do ponto não pode atrapalhar o serviço prestado pelo servidor. A sugestão é que seja revista a situação de cada categoria nas mesas setoriais específicas.

13. Com relação ao fim do Assédio Moral, ficou definido que vai ser agendada uma reunião com a Comissão Central de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e o Secretário da SEPOG para agilizar a criação das comissões setoriais.

14. Ampliação do Programa Habitacional para os servidores. A PMF realizou sorteio de 578 unidades habitacionais para os servidores das faixas de 1,5 a 3 do Programa Minha Casa Minha Vida. A gestão já verificou junto ao Ministério a possibilidade de ampliar o programa para os servidores da faixa de 0 a 3 salários.

15. Extensão de alguns benefícios do PCCS da saúde aos ACS/ACE (GAP, GED), implementação da gratificação de produtividade de campo e inclusão dos cursos de mestrado e doutorado para fins de concessão do Incentivo de Titulação. Luís Cláudio Presidente do SINASCE ressaltou que não concorda com a inclusão dos ACS/ACE no PCCS da saúde, pois considera um retrocesso para a categoria; defende apenas a modificação do PCCS para a inclusão de melhorias. Quanto à inclusão dos cursos de Mestrado e Doutorado para fins de concessão do ITA Dr. Philipe salientou que como essas categorias integram o nível de classificação B (ensino médio), o incentivo de titulação, a exemplo dos demais PCCS, contempla até o percentual de 15% (especialização).

16. Cumprimento do piso salarial para os professores. A legislação assegura que o piso deve ser reajustado segundo a variação no valor anual mínimo nacional investido por aluno da educação básica definido pelo FUNDEB. O reajuste de 2018 é de 6,81% em relação ao piso de 2017. O novo piso é de R$ 2.455, 35. O SINDIFORT solicitou a criação da Mesa Setorial da Educação e a inclusão do sindicato na referida mesa.

17. Instituição da Mesa Setorial do IPM (Instituto de Previdência do Município de Fortaleza) para discussão de uma gratificação para os servidores. A Mesa Setorial foi renovada através da Portaria nº 702/2018 – IPM.

18. Cumprimento das ações judiciais transitadas em julgado. A SEPOG vem cumprindo todas as sentenças encaminhadas pela Procuradoria Geral do Município – PGM. O advogado do SINDIFORT Thiago Câmara ressaltou o cumprimento da decisão judicial a que se refere o processo 0035922-48.2009.8.06.0001 da 9ª Vara da Fazenda Pública que trata do reenquadramento de 918 aposentados e pensionistas considerando o tempo de serviço. A Procuradoria Jurídica do IPM irá levantar o tempo de serviço municipal de cada um dos beneficiários para que a SEPOG possa proceder ao reenquadramento.

19. O SINDIFORT solicitou a revogação do contrato com a empresa que realiza a avaliação do direito à gratificação de insalubridade, regularizando o sistema, contratando médico do trabalho para a realização das avaliações, atualmente realizadas por Técnico de Segurança do Trabalho.

20. Por fim, o Secretário Philipe esclarece que vai analisar os pontos levantados pelos sindicatos, de forma prudente, avaliando os impactos financeiros de cada reivindicação, sem prejudicar os direitos básicos dos servidores, para que sejam tratados na próxima reunião da mesa central, marcada para a segunda quinzena de fevereiro de 2018.

Encaminhamentos
Ficou agendada reunião da Mesa Central para a segunda quinzena do mês de fevereiro de 2018 para que sejam apresentados os estudos das reivindicações elencadas no Ofício nº 11/2018 do SINDIFOR e FERSEP-FOR.